

O DISCURSO GOVERNAMENTAL INDIANO SOBRE A EMIGRAÇÃO: REPRESENTAÇÕES E REINTERPRETAÇÕES

*Mirian Santos Ribeiro de Oliveira*¹

Entre os processos de transformação social que renderiam ao século 21 a denominação de “século do Pacífico” encontram-se a aceleração e o aprofundamento do crescimento econômico, da urbanização e da modernização em diversas sociedades da Ásia. A intensificação e a diversificação dos movimentos migratórios, estreitamente relacionadas aos processos mencionados e responsáveis pelo aumento da diversidade demográfica dessa região, bem como das diferentes sociedades ao redor do mundo que recebem os migrantes asiáticos, constituem um fator adicional da crescente visibilidade da Ásia no cenário internacional. Processos de emigração (saída de migrantes) e de imigração (entrada de migrantes) podem ser observados em todas as sociedades asiáticas. Contudo, tendo em vista a predominância de um dos movimentos, pode-se estabelecer a distinção entre *sociedades de emigração* (Bangladesh, Myanmar, Camboja, China, Índia, Indonésia, Laos, Nepal, Paquistão, Filipinas, Sri Lanka e Vietnã) e *sociedades de imigração* (Brunei, Hong Kong, Japão, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan) – devendo-se considerar, ainda, casos em que tanto emigração como imigração são significativos (Malásia e Tailândia, por exemplo) (Castles and Miller, 2009).²

Neste artigo, adota-se como referência uma das maiores sociedades de emigração da Ásia, a Índia, a fim de se analisar um fenômeno relativamente recente e bastante revelador da complexidade dos processos de construção de identidades culturais no período contemporâneo: a (re)construção de vínculos entre sociedade de origem e emigrantes por organizações governamentais das sociedades de emigração. Para tanto, procede-se, na primeira seção, à contextualização do debate sobre a emigração no interior das investigações sobre a mobilidade migratória. Em seguida, analisa-se a criação de políticas e discursos direcionados aos emigrantes nas sociedades de origem, processo estreitamente ligado à re-elaboração das percepções sobre a emigração nas sociedades de origem. Por fim, a terceira seção examina as representações discursivas sobre a emigração enunciadas por uma

¹ Mirian Santos Ribeiro de Oliveira é pesquisadora do Laboratório de Estudos da Ásia (LEA). O presente texto é o rascunho original do ensaio publicado em: Segrillo, Angelo & Pennaforte, Charles (eds.) *A Ásia no Século XXI: olhares brasileiros*. Rio de Janeiro: Cenegri, 2011, p. 147-206.

² Faz-se referência aqui ao Sul da Ásia, Leste Asiático e Sudeste Asiático.

organização governamental indiana específica, o Ministério para Relações com Indianos no Exterior, durante a conferência *Pravasi Bharatiya Divas 2011*, realizada em Nova Déli, Índia.

A emigração no contexto dos debates sobre a mobilidade migratória

A mobilidade humana entre unidades sociopolíticas distintas não é um fenômeno recente. No entanto, a mobilidade migratória contemporânea distingue-se de processos observados em períodos históricos anteriores por sua inserção em redes de interdependência cada vez mais extensas e complexas, o que amplia significativamente seu alcance. É possível observar, em quase todas as regiões do globo – no Norte ou no Sul, seja por meio de fluxos migratórios inter-regionais ou intrarregionais –, a ocorrência de alguma modalidade de migração: entrada ou saída de migrantes do gênero feminino ou masculino, involuntários (refugiados ou vítimas de tráfico humano, por exemplo) ou voluntários (como estudantes ou trabalhadores – temporários ou permanentes, regulares ou irregulares³, qualificados ou não-qualificados) (Castles and Miller, 2009; Koser, 2007).

O fato de que a distinção entre sociedades de emigração e sociedades de imigração está se tornando cada vez mais imprecisa do ponto de vista prático – uma vez que se verifica a simultaneidade dos processos de entrada e saída de migrantes na maioria das sociedades, embora seja possível identificar a predominância de um deles (Castles and Miller, 2009; Koser, 2007, Peralva, 2008) – não reduz a importância de se diferenciar, do ponto de vista analítico, entre *emigração* e *imigração*. Isso porque, ainda que sejam duas faces de um mesmo processo, emigração e imigração são constituídas como objetos – de investigação acadêmica, de formulação de políticas, de medidas administrativas etc. – distintos, como “problemas” que devem ser abordados de maneiras diferentes (Sayad, 1998). Também a distinção entre *sociedade de emigração* e *sociedade de imigração* constitui um recurso metodológico. Emigração e imigração remetem ao movimento de entrada e de saída de migrantes, bem como à relação entre duas ou mais sociedades que, devido a limitações de ordem prática e metodológica, são em geral abordadas do ponto de vista da predominância de um dos movimentos – saída, nas sociedades de emigração/origem, e entrada, nas sociedades de imigração/destino.

³ É importante ressaltar que a distinção entre migrante temporário e permanente, bem como entre regular e irregular é muito tênue, uma vez que os indivíduos podem transitar entre essas categorias ao longo dos processos de migração de que participam (Castles and Miller, 2009; Koser, 2007).

Embora tanto as sociedades de emigração como as sociedades de imigração – e, no interior dessas sociedades, migrantes e não-migrantes – estejam sujeitas aos impactos econômicos, políticos e culturais das transformações sociais relacionadas à mobilidade migratória, observa-se a predominância da perspectiva da imigração e da sociedade de imigração, de modo mais específico, nas discussões relativas ao tema em pelo menos dois sentidos:

- (i) as sociedades de imigração têm um papel dominante na definição da relevância dos assuntos/problemas referentes à mobilidade migratória, assim como no processo relacionado de criação de normas/medidas consideradas adequadas ao tratamento do tema;
- (ii) a sociedade de imigração tem sido o principal foco de análise de inúmeros estudos (econômicos, sociológicos, antropológicos, políticos) sobre a *presença* de imigrantes, de não-nacionais, em “comunidades nacionais” que se deparam com as questões de controle da imigração e de incorporação do imigrante (Østergaard-Nielsen, 2003).

O outro lado do processo, a emigração, e a condição a ela relacionada, a *ausência* (temporária ou permanente) de nacionais da sociedade de origem, permanecem relativamente pouco investigadas até o momento, exceto pelas discussões sobre a ligação entre migração e desenvolvimento, bem como sobre os vínculos e relações entre os emigrantes (concebidos como “diásporas” ou “comunidades transnacionais”) e as sociedades de origem (Castles and Miller, 2009; Koser, 2007; Østergaard-Nielsen, 2003; Vertovec, 2009).

Os debates sobre migração e desenvolvimento colocam a sociedade de emigração em primeiro plano ao analisar:

- (i) a influência do (sub)desenvolvimento sobre a emigração: a noção de que o subdesenvolvimento constitui um dos incentivos à emigração e de que, portanto, promover o desenvolvimento das sociedades de origem reduziria os movimentos emigratórios é contestada pelas concepções de “transição da migração” (o desenvolvimento econômico nas sociedades em processo de industrialização geraria, num primeiro momento, maiores incentivos à emigração) e de “cultura da migração” (a migração seria incorporada ao horizonte de possibilidades/oportunidades das populações nas sociedades de origem e, dessa forma, condições de vida relativamente melhores não necessariamente diminuiriam a emigração) (Castles and Miller, 2009; Koser, 2007; Peralva, 2008);
- (ii) os impactos da emigração sobre o desenvolvimento nas sociedades de origem, em seus aspectos positivos: os emigrantes contribuiriam para o desenvolvimento da sociedade de

origem por meio do envio de remessas de divisas ou por meio de suas habilidades, conhecimentos, redes de contato (em outras palavras, de seu “capital social”) – e negativos – a emigração de mão-obra qualificada (também denominada “fuga de cérebros”) poderia privar a sociedade de emigração de recursos considerados indispensáveis ao seu desenvolvimento (Castles and Miller, 2009; Khadria, 1999, 2009; Koser, 2007; Østergaard-Nielsen, 2003; Vertovec, 2009).

Por sua vez, os processos de (re)construção de vínculos e relações entre os emigrantes e as sociedades de origem podem ser compreendidos:

(i) do ponto de vista dos emigrantes, dos nacionais vivendo no exterior – concebidos como indivíduos ou membros de associações profissionais de imigrantes, associações vinculadas a regiões específicas nas sociedades de origem (*hometown associations*), organizações para a diáspora ou organizações religiosas, por exemplo –, e do seu crescente envolvimento com a sociedade de origem por meio de atividades de variadas naturezas (como investimentos financeiros ou filantropia);

(ii) do ponto de vista da sociedade de origem, mais precisamente de organizações governamentais – ministérios, secretarias ou departamentos (em nível nacional ou regional) para nacionais no exterior – ou não-governamentais – partidos políticos, organizações religiosas e de direitos humanos, meios de comunicação transnacionais (como canais de televisão ou websites direcionados a nacionais no exterior) – que procuram expandir seu âmbito de ação de modo a incluir os emigrantes em processos internos à sociedade de origem, sejam eles de caráter econômico, político ou cultural (Østergaard-Nielsen, 2003; Vertovec, 2009).

É possível observar, assim, a importância de se estabelecer essa distinção inicial, uma vez que *emigrantes* e *sociedades de origem/emigração* não constituem categorias homogêneas, reunindo em seu interior uma diversidade significativa de atores, interesses, percepções e modalidades de atuação dos atores envolvidos, fato que multiplica não apenas as possibilidades de interação entre emigrantes e sociedades de origem, mas, ainda, os temas passíveis de análise. Neste artigo, destaca-se o *ponto de vista da sociedade de origem*, mais precisamente a atuação de *organizações governamentais*⁴ da sociedade de emigração na

⁴ É importante ter em mente que as políticas direcionadas aos emigrantes não necessariamente fazem parte de uma “estratégia estatal unitária, coordenada. Antes, formam uma constelação de planos e programas institucionais e legislativos que são criados em diferentes períodos, por razões diversas” e podem ser planejadas e/ou implementadas por organizações governamentais distintas (Gamlen, 2006, p. 4, tradução minha).

(re)criação de *vínculos transnacionais* com os emigrantes, apresentando-se um estudo de caso sobre a (re)construção de vínculos entre a sociedade indiana e os emigrantes indianos por uma organização governamental específica, o Ministério das Relações com Indianos no Exterior (*Ministry for Overseas Indian Affairs* – MOIA).

Já se mencionou que a caracterização de uma sociedade como “sociedade de origem” ou “sociedade de emigração” é um *recurso metodológico*. A sociedade indiana pode ser considerada uma das maiores sociedades de emigração da Ásia, com uma população de cerca de 27 milhões de emigrantes vivendo em diferentes regiões do mundo (ver tabelas 1.1 e 1.2). A diversidade (religiosa, linguística, ocupacional, de origem regional) dos grupos de emigrantes e o fato de que os processos de emigração do qual participam (ou participaram) os levaram a diferentes sociedades de imigração em períodos históricos distintos constituem grandes desafios à criação e à manutenção de vínculos entre a sociedade de emigração e os emigrantes. Isso porque, do ponto de vista simbólico, o primeiro e principal vínculo a ser (re)construído é o da identidade nacional – ou da identificação com a “comunidade nacional” de origem –, o qual pressupõe homogeneidade (ainda que se reconheça que se trata de um ideal de homogeneidade) e relações de co-presença entre a nação e seus nacionais (que são interrompidas temporária ou permanentemente pelo processo de emigração). Ao considerar tais desafios e as respostas a eles formuladas no interior da sociedade de emigração, é importante distinguir entre a *retórica* e as *consequências* da migração, ainda que a experiência da emigração e as percepções sobre essa experiência – na maior parte das vezes elaboradas discursivamente – sejam estreitamente relacionadas (Osella e Gardner, 2004). Se, por um lado, a caracterização da sociedade indiana como a “sociedade de emigração ou de origem” constitui um recurso metodológico para se analisarem as consequências da emigração, por outro lado, tal caracterização pode representar uma *estratégia discursiva* por parte de grupos situados na sociedade de origem com a finalidade de (re)inserir os emigrantes nas narrativas sobre a nação indiana. É importante lembrar que, em se tratando de movimentos de emigração mais antigos, os vínculos entre sociedade de origem e emigrantes se perderam ou se enfraqueceram consideravelmente e, nesse sentido, a representação da sociedade de emigração como a “pátria” de tais emigrantes constitui uma reformulação da noção de pertença nacional – a sociedade de origem, segundo essa perspectiva, seria a pátria de nacionais vivendo na Índia e no exterior (Raj, 2003).

Deve-se ter em mente, portanto, que neste artigo, o processo de (re)construção de vínculos entre a sociedade indiana e os emigrantes será analisado do ponto de vista da *retórica da emigração*, tal como elaborada pelo Ministério das Relações com Indianos no

Exterior. Os seis documentos selecionados para análise, coletados ao longo de três dias de observação participante no evento *Pravasi Bharatiya Divas*, realizado em janeiro de 2011, em Nova Déli, incluem cinco discursos orais – três discursos de representantes do MOIA e dois discursos que apresentam a posição oficial de outras instâncias do governo indiano, as falas do Primeiro-Ministro Manmohan Singh e da Presidente Pratibha Devisingh Patil –, bem como um comunicado impresso contendo a posição oficial do Ministério sobre os temas abordados. As três categorias de análise construídas remetem a representações: dos emigrantes, da sociedade de emigração e do papel das organizações da sociedade de emigração na (re)criação da relação entre as partes envolvidas. Antes de se passar à discussão de tais representações discursivas, analisa-se brevemente, na próxima seção, o contexto de criação de políticas e discursos direcionados aos emigrantes por organizações governamentais nas sociedades de origem.

Tabela 1.1 Distribuição das principais diásporas segundo a origem e o destino

Diásporas (Total)				Diásporas de Mão-de-obra Qualificada			
	Origem	Destino	Tamanho		Origem	Destino	Tamanho
1	México	EUA	6.374.825	1	México	EUA	919.139
2	Turquia	Alemanha	1.272.000	2	Filipinas	EUA	833.958
3	Filipinas	EUA	1.163.555	3	Índia	EUA	664.406
4	Reino Unido	Austrália	969.004	4	Canadá	EUA	439.163
5	China	EUA	841.699	5	Coreia do Sul	EUA	437.264
6	Índia	EUA	836.780	6	China	EUA	434.547
7	Vietnã	EUA	807.305	7	Reino Unido	EUA	418.794
8	Cuba	EUA	803.500	8	Alemanha	EUA	387.067
9	Canadá	EUA	715.825	9	Reino Unido	Austrália	381.348
10	Coreia do Sul	EUA	676.640	10	Reino Unido	Canadá	365.420

Fonte: World Bank Policy Research Working Paper (Beine, Docquier e Özden, 2009)

Obs.: Em se tratando de diásporas de mão-de-obra não-qualificada, os emigrantes indianos no Reino Unido formam a 20ª maior diáspora, com cerca de 178.551 indivíduos.

Tabela 1.2 Distribuição de emigrantes indianos por região

Região	Emigrantes Indianos (%)
Sudeste Asiático	32
Golfo Pérsico	19
América do Norte	15
África	13
Europa	10
América Latina e Caribe	6
Ásia-Pacífico	4

Fonte: India Migration Report (Khadria, 2009)

Relações transnacionais entre organizações governamentais da sociedade de origem e emigrantes

Entre os desdobramentos dos processos de globalização contemporâneos, encontra-se a relativização da soberania estatal, evidenciada, por exemplo, pelo número crescente de problemas globais e pela redução da capacidade de controle, pelos Estados, de fluxos de variadas naturezas – migratórios, de capitais, de bens etc. (Castells, 1999; Featherstone, 1996; Geertz, 2000; Giddens, 2000; Hobsbawm, 1990). Diante dos desafios impostos pelo caráter crescentemente transnacional dos processos mencionados – ou seja, diante dos desafios impostos pela crescente intensidade e complexidade de “ligações transversais ou que cruzam as fronteiras dos Estados-nação” ou, em outras palavras, de “inter-relacionamentos *global/local* que não podem ser inferidos nos moldes de um Estado-nação” (Hall, 2003b, p. 113; ver também Mau, 2010) –, diferentes organizações governamentais no interior dos Estados-nação buscaram redefinir não apenas seu papel e modo de atuação, mas, ainda, as percepções sobre a pertença à nação.

No que se refere à emigração, mais especificamente, é importante destacar que, embora as relações intergovernamentais entre as sociedades de emigração e imigração certamente desempenhem um papel relevante em determinadas situações como a formulação de acordos relativos à proteção dos direitos dos trabalhadores emigrantes, as relações transnacionais entre grupos situados na sociedade de origem e os emigrantes vêm adquirindo proeminência ao longo das últimas décadas. As razões do engajamento de organizações governamentais das sociedades de emigração em tais relações transnacionais com os emigrantes divergem de acordo com as particularidades históricas da emigração em cada uma delas. No entanto, é possível observar que, em geral, numerosas sociedades de origem formularam políticas específicas para os emigrantes – como a criação de ministérios ou departamentos para os emigrantes, condições especiais para investimento, extensão do direito

ao voto a não-residentes e, em alguns casos, dupla nacionalidade ou cidadania (Østergaard-Nielsen, 2003; Vertovec, 2009) – com os objetivos de

(a) assegurar o influxo contínuo de recursos econômicos, (b) mobilizar apoio político e controlar dissidências políticas e (c) promover a mobilidade social ascendente dos nacionais no exterior (...) Desse modo, a migração oferece aos países de origem, tanto aos centralmente como aos periféricamente posicionados na economia global, mas aos últimos em especial, novas opções de reconfiguração do alcance do Estado-nação por meio de vínculos transnacionais econômicos, sociais e políticos com os nacionais no exterior (Østergaard-Nielsen, 2003, p. 4, tradução minha).

Tais iniciativas representam, assim, uma tentativa de estender a esfera de atuação de organizações governamentais das sociedades de origem de modo a incorporarem-se à nação atores ausentes e espaços (geográficos, políticos, econômicos, culturais) situados além da sociedade de emigração. A pretendida expansão das fronteiras simbólicas da sociedade de emigração – isto é, a ampliação das regras de pertença à “comunidade nacional” – está, dessa forma, ligada a processos de reconstrução de identidades nacionais que visam a promover, entre os emigrantes, o sentimento de pertença à sociedade de origem, concebida nesse contexto como a “pátria” (Vertovec, 2009). É importante considerar, pois, que a ampliação e, em certo sentido, a flexibilização das regras de pertença à nação, estão estreitamente relacionadas a mudanças na percepção sobre a emigração no interior das sociedades de origem. Trata-se, mais especificamente, de um processo de construção de uma *percepção positiva* sobre os emigrantes e seus vínculos com a sociedade de origem – o emigrante representado como um “herói” ou um indivíduo essencial ao desenvolvimento, à construção da nação –, em oposição à *percepção negativa* predominante em períodos anteriores – o emigrante como um “desertor”, um indivíduo desleal à pátria, mais interessado no melhoramento de suas próprias condições de vida do que na contribuição para o “bem-estar da nação” como um todo (Castles and Miller, 2009; Khadria, 1999, 2009; Østergaard-Nielsen, 2003; Peralva, 2008; Schnapper, 2001).

Em se tratando do contexto indiano, a elaboração de uma percepção positiva sobre a emigração, de modo geral, e sobre o papel do emigrante nos processos de construção da nação, de modo mais específico, constituiu um processo lento e gradual. Nos anos imediatamente posteriores à independência, durante os mandatos do Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru (1947-1964), a ênfase na integração dos emigrantes, por meio da adoção da cidadania das sociedades de destino ou do retorno à Índia, baseou-se numa concepção estrita

dos vínculos entre a nação e os emigrantes: o governo indiano seria responsável somente pelos cidadãos indianos vivendo no exterior (não pelos descendentes desses cidadãos ou por indianos que adotassem a cidadania de outros Estados) e apenas na medida em que tal responsabilidade não significasse intervenção nos assuntos internos de outro Estado soberano (Dubey, 2003; Prashad, 2004; Raj, 2003). Além disso, deve-se destacar que a percepção sobre a relação entre emigração e desenvolvimento – ou, em outras palavras, sobre a contribuição dos emigrantes na promoção do desenvolvimento da sociedade de origem – foi predominantemente negativa entre as décadas de 1950 e 1970. As expectativas iniciais de que a emigração de trabalhadores – qualificados ou não-qualificados – geraria “a redução dos excedentes de mão-de-obra (e, dessa forma, do desemprego) nas áreas de origem e [de que] a entrada de capital por meio das *remessas dos migrantes* (o dinheiro que os migrantes enviam para suas famílias e comunidades) poderia aumentar a produtividade e as rendas” não foram correspondidas (Castles and Miller, 2009, p.50, tradução minha). A emigração passou a ser associada, assim, a efeitos prejudiciais ao desenvolvimento local, principalmente no que se refere à emigração de mão-de-obra qualificada, caracterizada como uma “fuga de cérebros” – engenheiros, médicos, cientistas e professores indianos que se dirigiram aos Estados Unidos, num primeiro momento, e à Austrália e ao Canadá, posteriormente – que representava perdas: do investimento financeiro em educação e do conhecimento técnico dos indivíduos treinados, por exemplo (Castles and Miller, 2009; Khadria, 2009).

Os movimentos iniciais de reaproximação de organizações governamentais indianas com os emigrantes, que assinalariam uma alteração gradual na postura de distanciamento adotada anteriormente, podem ser identificados a partir dos mandatos da Primeira-Ministra Indira Gandhi (1966-1977; 1980-1984), quando se cogitaram as primeiras iniciativas para captar investimentos dos emigrantes, bem como foram realizadas visitas oficiais de representantes do governo indiano a países com quantidade expressiva de emigrantes ou descendentes de emigrantes indianos (Guiana e Trinidad e Tobago, por exemplo), com o intuito de verificar as condições de vida e as reivindicações das populações de origem indiana vivendo no exterior (Prashad, 2004; Raj, 2003). Observou-se, ainda, a partir da década de 1980, a construção de uma imagem positiva da contribuição dos emigrantes indianos – principalmente os altamente qualificados – para o desenvolvimento da sociedade de origem, perceptível, por exemplo, por meio do uso do termo “banco de cérebros” pelo Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi (1984-1989) – em oposição à noção de “fuga de cérebros” – para se referir aos “prósperos e talentosos” emigrantes indianos que constituiriam uma “reserva de recursos” da qual a Índia poderia se valer em sua busca pelo desenvolvimento (Khadria, 2009,

p. 117, tradução minha). O fortalecimento da percepção dos emigrantes como uma “reserva de recursos” se tornaria mais evidente ao longo da década de 1990. As reformas de liberalização da economia indiana iniciadas pelo Primeiro-Ministro P. V. Narasimha Rao (1991-1996) incluíram provisões para atrair investimentos de emigrantes indianos, mais especificamente os pertencentes à categoria Indianos Não-Residentes (NRI, *Non-Resident Indians*) – ou seja, os participantes de movimentos emigratórios mais recentes, em sua maioria ainda detentores da cidadania indiana.

A construção gradual de uma percepção positiva sobre a emigração, associada à adoção de uma postura cada vez mais ativa, no que se refere à criação e manutenção de vínculos com os emigrantes por parte de organizações governamentais no interior da sociedade de origem, ganhou novo ímpeto durante o mandato do Primeiro-Ministro Atari Bihari Vajpayee (1999-2003), com a criação do cartão para Pessoas de Origem Indiana (PIO, *Persons of Indian Origin*) em 1999, que ofereceu aos descendentes de emigrantes indianos até a quarta geração, aproximadamente, condições de investimento, aquisição de propriedade e estudo na Índia semelhantes às aquelas concedidas aos NRI (Raj, 2003). Além do mais, estabeleceu-se, em 2000, o Comitê de Alto Nível para a Diáspora Indiana, encarregado da redação de um relatório, publicado em 2002, que procurou apresentar informações detalhadas sobre as condições de vida de emigrantes indianos situados em diferentes regiões geográficas, bem como recomendações de políticas com vistas ao fortalecimento dos vínculos entre a sociedade indiana e seus emigrantes. Entre as recomendações encontrava-se a criação de um novo Ministério direcionado exclusivamente ao tratamento de temas relacionados aos emigrantes, o qual acabou por ser instituído em 2004: o Ministério das Relações com Indianos Não-Residentes (*Ministry of Non-Resident Indians Affairs*), mais tarde renomeado Ministério das Relações com Indianos no Exterior (MOIA, *Ministry of Overseas Indian Affairs*). Paralelamente às recomendações do relatório, estabeleceu-se, a partir de 2003, a celebração do Dia do Emigrante Indiano (*Pravasi Bharatiya Divas*) em 9 de janeiro – numa referência à data do retorno de Mohandas K. Gandhi da África do Sul à Índia em 1915 – por meio da realização de conferências anuais para os emigrantes indianos (Khadria, 2009). Alguns analistas atribuem o significativo avanço das iniciativas de (re)construção de vínculos com os emigrantes durante o mandato de Vajpayee ao interesse de seu partido, o Bharatiya Janata Party (BJP, Partido do Povo Indiano), em sustentar e fortalecer o apoio de parcelas das “comunidades indianas no exterior” à causa do nacionalismo hindu no interior da sociedade de origem (Dubey, 2003, Prashad, 2004). Deve-se ressaltar, entretanto, que o tema da suposta

afinidade entre a “diáspora indiana” (nesse caso caracterizada como a “diáspora hindu”) e a “hinduidade” é bastante controverso e permanece pouco investigado até o presente.⁵

Representações discursivas sobre a emigração

O papel do Ministério das Relações com Indianos no Exterior na re(construção) da relação entre sociedade de emigração e emigrantes

O processo de institucionalização das práticas e dos discursos direcionados aos emigrantes por parte de organizações governamentais indianas vem sendo aprofundado ao longo dos mandatos do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, que permanece no cargo desde 2004. A diversificação e a sistematização das atividades sob a coordenação do Ministério das Relações com Indianos no Exterior (*Ministry of Overseas Indian Affairs*, deste ponto em diante referido como MOIA) podem ser observadas, por exemplo, por meio da implementação, em 2004, do *Know India Programme* (programa de intercâmbio destinado a jovens de origem indiana), da operacionalização da *Overseas Indian Citizenship* a partir de 2005, concedendo a cidadania indiana (restrita, na medida em que não previa o direito ao voto, por exemplo) a Pessoas de Origem Indiana cuja sociedade de imigração permitisse dupla cidadania, e da criação, em 2007, do *Overseas Indian Facilitation Centre* – organização estabelecida em parceria com a Confederação Indiana da Indústria com a finalidade de orientar e estimular a participação econômica dos emigrantes na sociedade de origem e de construir a *Diaspora Knowledge Network*). Deve-se ressaltar, no que se refere a tal processo de institucionalização, que a organização governamental da sociedade de origem que interessa aqui analisar, o MOIA, posiciona-se explicitamente como intermediária da relação entre a sociedade de origem – a “pátria indiana” – e os emigrantes – a “diáspora indiana” ou o “indiano global” – e, ao fazê-lo, reconhece implicitamente que não se trata de uma relação natural, espontânea, mas que deve ser criada, fortalecida e mantida por atores específicos – e, em certo sentido, especializados. O Ministério apresenta-se, assim, como a organização que desempenha um papel central na promoção e facilitação das relações entre a Índia e a “diáspora” e como o principal componente da “arquitetura institucional” que possibilita a

⁵ Para um panorama das discussões sobre a atuação de organizações nacionalistas hindus no exterior, bem como dos processos de construção de uma identidade diaspórica hindu relacionados a tal atuação, ver Bhatt e Mukta, 2000; Kapur, 2004; Oliveira, 2010.

interação entre ambas.⁶ A relação que se pretende “promover, nutrir e sustentar” entre as partes envolvidas é descrita como “simbiótica”, como uma “parceria estratégica e mutuamente benéfica”⁷ que se deveria estender a “todas as esferas da vida e da construção da nação”.⁸ É importante ressaltar que, apesar da ênfase no caráter recíproco de tal relação, e da menção à intenção de conhecer as expectativas dos emigrantes em relação à Índia, o discurso e a prática do MOIA atribuem maior peso à participação dos emigrantes nas atividades de estímulo ao desenvolvimento no interior da sociedade de origem – o movimento que se tenta promover, portanto, é o de retorno (não necessariamente físico) dos emigrantes em direção à “pátria”.⁹

O outro componente essencial da “arquitetura institucional” que fomentaria a ligação entre sociedade de origem e emigrantes seria a conferência *Pravasi Bharatiya Divas* (PBD), descrita como a “convenção global” ou a “conferência para a diáspora”¹⁰ que propicia uma “plataforma” de interação capaz de “facilitar o entendimento entre as duas partes” e de fortalecer o “vínculo recíproco entre a Índia e seus filhos no exterior”.¹¹ Deve-se distinguir, nesse argumento, entre *vínculo* e *relação* (concebida como *interação* entre as partes). Conforme mencionado anteriormente, as relações entre a sociedade de origem e os emigrantes deveriam ser (re)construídas, na medida em que não são concebidas como espontâneas e lhes falta um atributo indispensável para que assim sejam caracterizadas: a co-presença. No entanto, os vínculos que uniriam as duas partes envolvidas – “etnia, idioma, cultura, tradição”¹² – são apresentados como essenciais, intrínsecos à identidade indiana e, dessa forma, dificilmente destrutíveis (embora passíveis de enfraquecimento). A *interação* entre a sociedade de emigração e os emigrantes seria o mecanismo de fortalecimento, revitalização dos *vínculos* mencionados e a conferência *Pravasi Bharatiya Divas*, como o *locus*

⁶ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

⁷ Ministro Vayalar Ravi, discurso proferido em 08.01.2011.

⁸ Presidente Pratibha Patil, discurso proferido em 09.01.2011.

⁹ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

¹⁰ Ministro Vayalar Ravi, 08.01.2011.

¹¹ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

¹² Presidente Pratibha Patil, 09.01.2011.

privilegiado de tal interação, constituiria um dos mais importantes instrumentos de sua sustentação/fortalecimento – se não o mais importante deles.¹³

Em se tratando da autorrepresentação sobre o papel do MOIA e do PBD nas relações entre a sociedade indiana e os emigrantes, deve-se observar, em primeiro lugar, que a concepção de que existe uma identidade essencial a vincular os emigrantes à sociedade de origem é questionável. As identidades culturais são construções sociais e, como tal, estão sujeitas a processos de transformação que incluem a possibilidade de reformulação de noções de pertença (definindo, por exemplo, que a “pátria” à qual o emigrante deve lealdade é a sociedade de imigração e não mais a sociedade de emigração e vice-versa) e de reconfiguração de práticas sociais (como se pode observar por meio dos diversos processos de hibridização – linguística, religiosa etc. – de que participam os migrantes) (Fearon e Laitin, 2000; Gilroy, 1997; Hall, 2003b, 2003b; Woodward, 1997). Em segundo lugar, deve-se ressaltar que a centralidade que se atribui à interação entre as partes envolvidas em ocasiões específicas como a conferência PBD está associada a alterações na vivência e na percepção da *ausência*, ocasionadas pela intensificação de processos de transnacionalização. Embora as teorias sociológicas tradicionalmente pressuponham que a co-presença – em suas dimensões espacial e temporal – seja uma característica-chave das interações sociais, é importante ter em mente que

as relações sociais se estendem além do vínculo imediato da localização e da presença, porque o caráter social de uma relação – por exemplo, de uma amizade ou de relações familiares – não se extingue pelo término da presença física, mas persiste. A confirmação de tais relações, entretanto, requer encontros de quando em quando. Além do mais, relações familiares ou de amizade se enfraquecem se não forem vitalizadas por visitas, encontros e experiências compartilhadas (Mau, 2010, p. 33, tradução minha).

No que se refere às relações entre a sociedade de origem e os emigrantes no período contemporâneo, a condição da ausência parece ser relativizada pelas novas possibilidades de mobilidade humana e de comunicação através de longas distâncias introduzidas pelos avanços tecnológicos, principalmente porque não se considera a co-presença um requisito para a manutenção do vínculo entre as partes envolvidas. Não se deve negligenciar, entretanto, o fato de que a sustentação de relações sociais de longa distância requer maiores esforços dos participantes – encontros fortuitos não estão no horizonte de possibilidades de tais indivíduos e, nesse sentido, as interações devem ser provocadas, o que também remete aos custos da manutenção de tais relações (em termos econômicos, afetivos, etc.). Além do mais, observa-se

¹³ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

que o desejo de co-presença não se extingue diante das transformações mencionadas: atores envolvidos em processos e redes transnacionais de variadas naturezas procuram promover encontros periódicos¹⁴ a fim de (re)vitalizar suas relações, de “ativar” tais redes por meio da co-presença (Mau, 2010).

Conferências como *Pravasi Bharatiya Divas* – em sua versão anual na Índia ou nas versões regionais (nos EUA, em 2007; em Cingapura, em 2008; na Holanda, em 2009; na África do Sul, em 2010; no Canadá, em 2011) – são iniciativas dessa natureza e podem ser consideradas “rituais transnacionais” de integração entre pares de diferentes nacionalidades (Ribeiro, 1997).¹⁵ A peculiaridade no caso do PBD e de outras “conferências para a diáspora” é o fato de que a emigração a partir de uma região geográfica específica constitui o elemento comum aos participantes (e podem-se, curiosamente, ouvir menções a “indianos de vários países” ou “indianos do mundo todo”). No entanto, uma vez que o termo “indiano” não remete apenas a uma localidade específica de origem (o subcontinente indiano), mas também a uma identidade nacional, deve-se considerar que a promoção da interação entre indivíduos caracterizados como emigrantes *indianos* a intervalos regulares por meio de tais conferências insere-se num processo mais amplo de construção da noção de pertença a uma “comunidade transnacional”, a “diáspora indiana”, que pretende situar a Índia – concebida como a “pátria” de não-emigrantes e de emigrantes – no centro de redes de relações transnacionais, bem como legitimar a identificação com a “pátria” por parte de indivíduos vivendo fora de seus limites territoriais (Gamlen, 2006; Vertovec, 2009). É nesse sentido que se pode afirmar que o processo de imaginação da sociedade indiana como a “pátria” do emigrante é também um processo de *criação ativa* de uma identidade transnacional indiana a partir da sociedade de origem (Raj, 2003).

¹⁴ É importante lembrar que a regularidade e o caráter de tais encontros variam consideravelmente de acordo com os participantes das relações sociais transnacionais em foco. Conferências de negócios reunindo executivos de diferentes nacionalidades com elevada mobilidade (protótipos de transmigrantes) são qualitativamente diferentes de visitas familiares realizadas por emigrantes considerados mão-de-obra não-qualificada, por exemplo.

¹⁵ Deve-se ressaltar que a noção de “comunidade transnacional” adotada neste artigo, e apresentada mais adiante, não equivale à concepção de um único “corpo político global” (Ribeiro, 1997, p. 3), mas à ideia de que, por meio de diferentes tipos de relações e vínculos transnacionais, constroem-se distintos “espaços sociais transnacionais”, entre os quais se encontram “comunidades transnacionais” como as “diásporas” (Faist 2000a, 2000b). Nesse sentido, o “ritual transnacional” mencionado não está associado, necessariamente, à construção de uma noção de pertença cosmopolita ou universalista.

O emigrante

Uma vez analisados o contexto da construção dos discursos do MOIA sobre a emigração e a autorrepresentação do papel do Ministério e da conferência *Pravasi Bharatiya Divas* na (re)construção da relação entre as partes envolvidas, faz-se necessário considerar a imagem do emigrante no interior de tais discursos. Entre os diferentes termos utilizados ao longo do PBD para denominar os emigrantes indianos (*pravasi bharatiyas*), dois merecem destaque e serão discutidos nas seções seguintes: “diáspora indiana” e “indiano global”.

A diáspora indiana

A flexibilização e a ampliação do uso do termo “diáspora” para se referir a grupos com histórias e motivações de migração diferentes tornam-no também bastante controverso e sujeito a críticas.¹⁶ Neste artigo, adotam-se as concepções de que as diásporas compreendem migrações voluntárias e involuntárias¹⁷ (Cohen, 1997) e de que são comunidades transnacionais (Faist 2000b, 2000b). As diásporas, concebidas como comunidades transnacionais, são um tipo específico de espaço social transnacional, o qual é composto por “combinações de vínculos e de seus conteúdos, posições em redes e organizações, e redes de organizações que podem ser encontradas em, pelo menos, dois lugares distintos geográfica e internacionalmente” (Faist, 2000b, p. 197, tradução minha). Espaço refere-se, segundo esta perspectiva, a “estruturas de oportunidade mais amplas, à vida social e às imagens, valores e significados subjetivos que o lugar específico e limitado representa para os migrantes” (Faist, 2000b, p. 45-6, tradução minha). Deve-se considerar que tipos diferentes de espaços sociais transnacionais podem ser construídos. A diferenciação entre eles é fornecida basicamente pelos recursos que motivam a criação de vínculos transnacionais. Para os objetivos deste artigo, é suficiente fazer referência a apenas um destes recursos: a solidariedade, concebida como a solidariedade com outro grupo cujos membros possuam posições similares às do grupo transnacional – parentesco, por exemplo –, ou com o qual é possível manter contato apenas por meio de vínculos simbólicos, como no caso do pertencimento a coletividades

¹⁶ Para uma síntese das discussões sobre as diásporas, ver Castles and Miller, 2009; Koser, 2007; Vertovec, 2009.

¹⁷ Neste aspecto, a perspectiva adotada neste artigo difere do conceito de comunidades transnacionais apresentado, segundo o qual as diásporas seriam caracterizadas por processos de migração involuntária (Faist, 2000a, 2000b).

nacionais (Faist, 2000a). As *representações coletivas* – ideias, crenças, avaliações e símbolos compartilhados, expressos por meio de uma identidade coletiva, que “ajudam a organizar e a conferir sentido ao mundo”, assim como a “expressar, simbolizar e interpretar vínculos simbólicos e sociais” (Faist, 2000b, p. 109, tradução minha) – podem ser consideradas a forma mais importante de solidariedade. No que se refere à construção de espaços sociais transnacionais, as representações coletivas constituem a base de vínculos simbólicos que conectam os participantes de redes e coletividades, atuando como pontes entre pontos geograficamente distantes, separados por fronteiras nacionais. Os espaços transnacionais criados pela solidariedade são as comunidades transnacionais, nas quais os grupos sociais – e aqui se deve lembrar que as redes transnacionais também abrangem pessoas e coletividades relativamente imóveis – estão conectados a redes e circuitos em Estados diferentes, por um período de tempo significativo e através do espaço, por vínculos sociais e simbólicos densos e fortes. A principal característica de comunidades transnacionais como as diásporas é, assim, a mobilização de *representações coletivas* no interior de vínculos simbólicos (abstratos) como religião, etnicidade e nacionalidade (Faist, 2000a; 2000b).

Em se tratando do discurso do MOIA sobre a “diáspora indiana”, a nacionalidade desempenha um papel central na construção dos vínculos simbólicos entre a sociedade de origem e os emigrantes – o que permite questionar, ademais, a percepção de que as concepções de identidade nacional e identidade transnacional são necessariamente marcadas por relações de oposição, como afirmam algumas perspectivas acadêmicas sobre as diásporas que consideram que as identidades diaspóricas são antinacionais (ver Gilroy, 1997). A própria definição das regras de pertencimento à diáspora, presente no relatório do Comitê de Alto Nível para a Diáspora Indiana, tem por fundamento a concepção de identidade nacional indiana – estreitamente associada, nesse caso, à cidadania indiana. Dessa forma, o termo *diáspora* seria utilizado em referência aos “indianos que migraram a diferentes partes do mundo e que, de modo geral, conservaram sua identidade indiana”, sejam eles Indianos Não-Residentes (NRI, *Non-Resident Indians*) ou Pessoas de Origem Indiana (PIO, *Persons of Indian Origin*). Os Indianos Não-Residentes são definidos como “cidadãos indianos, detentores do passaporte indiano e residentes no exterior por período indefinido”; Pessoas de Origem Indiana, por sua vez, são indivíduos de ascendência ou origem indiana que adquiriram a cidadania de outros Estados e que se enquadram em uma das seguintes categorias: a) terem sido detentores do passaporte indiano em qualquer período de suas vidas; b) serem filhos(as), netos(as) ou bisnetos(as) de indianos residentes nos territórios da Índia britânica (à exceção de regiões atualmente pertencentes a Paquistão, Afeganistão, China, Butão, Nepal, Sri Lanka); c)

cônjuges de cidadãos indianos ou PIO pertencentes a uma das categorias anteriores (High Level Comitee on the Indian Diaspora, 2002, p. viii, tradução minha).

Durante a conferência *Pravasi Bharatiya Divas*, os discursos dirigidos à *diáspora* – descrita como a “numerosa, diversa, talentosa e espiritual comunidade de indianos no exterior”¹⁸ e associada às noções de “desenvolvimento”, “redes de contato”, “iniciativa”, “parceria”, “conhecimento e recursos”, “construção de habilidades”¹⁹ – caracterizaram-na como uma *comunidade* que, supostamente, seria altamente organizada, bem-articulada e consciente de suas possibilidades de atuação em favor da sociedade de origem por meio do emprego de recursos próprios – financeiros ou de outra natureza – ou de intercessão junto às organizações governamentais das sociedades de destino. Apesar desta percepção otimista (que se estende aos estudos acadêmicos) sobre a capacidade de mobilização de interesses e recursos por parte de comunidades transnacionais, deve-se atentar para o fato de que a própria concepção dos grupos de emigrantes como uma comunidade homogênea – do ponto de vista da capacidade e do interesse de interagir com a sociedade de origem, de modo a gerar benefícios principalmente para a “pátria” – é um artifício. Não se deve superestimar a participação real ou potencial das diásporas na promoção do desenvolvimento da sociedade de emigração. Por um lado, as informações sobre os valores das remessas financeiras – estimadas em cerca de 55 bilhões de dólares em 2010 (World Bank Migration and Remittances Brief 13, 2010) – e sobre o modo como são aplicadas são imprecisas e, desse modo, não se tem conhecimento aprofundado de seus impactos sobre o desenvolvimento local (Castles and Miller, 2009; Khadria, 2009). Por outro lado, em se tratando do interesse dos emigrantes (concebidos como indivíduos ou representantes de companhias estrangeiras) em investir na economia indiana, deve-se considerar que a “ligação afetiva” com a sociedade de origem pode ser um fator importante, mas não suficiente para a decisão favorável ao investimento, dada a centralidade das considerações de caráter econômico envolvidas em tais processos de tomada de decisão (Prashad, 2004).

É importante ressaltar que esta representação dos emigrantes como uma *diáspora* foi elaborada por sujeitos não-diaspóricos, uma vez que as identidades diaspóricas são tradicionalmente associadas a *autoidentificações*, a identidades construídas pelos próprios

¹⁸ Ministro Vayalar Ravi, 08.01.2011.

¹⁹ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011; Presidente Pratibha Patil, 09.01.2011; Ministro Vayalar Ravi, discursos proferidos em 08.01.2011 e 09.01.2011.

emigrantes no interior das sociedades de imigração numa tentativa de enfrentamento do desafio de adaptarem-se ao novo ambiente sem renunciar à identidade do grupo (Koser, 2007; Vertovec, 2009). Deve-se observar que, do ponto de vista das sociedades de emigração e de imigração, as diásporas figuraram nas narrativas sobre a nação, principalmente ao longo dos processos de formação e consolidação dos Estados-nação modernos, como parte dos discursos sobre a alteridade – a presença do *outro*, o imigrante, na sociedade de destino, ou a ausência daquele que deixou de pertencer à ordem nacional (temporária ou definitivamente), ocupando uma posição intermediária entre o nacional e o estrangeiro, o emigrante – mas foram excluídas dos processos de autodefinição da identidade nacional – o migrante não seria considerado um nacional pleno (da sociedade de imigração ou da sociedade de emigração). Pode-se falar, assim, na predominância de uma *percepção pessimista* sobre as diásporas no período em questão. Num contexto em que o discurso nacionalista desencorajava a noção de múltiplo pertencimento, ressaltava a importância da homogeneidade cultural e do controle estatal dos fluxos migratórios e estabelecia o tom dos debates sobre a mobilidade migratória – destacando a temática da integração/assimilação –, grupos com lealdades transnacionais eram considerados passíveis de suspeição e pareciam indicar os limites da integração dos migrantes às sociedades de destino (Calhoun, 1995; Peralva, 2008). As diásporas eram percebidas, assim, como fonte de anomia, visto que questionavam a fidelidade à nação e criavam espaços sociais que escapavam ao controle estatal (Schnapper, 2001).

No entanto, a partir da segunda metade do século 20, paralelamente à intensificação dos processos de globalização, constrói-se uma *percepção otimista* sobre as diásporas. Uma vez que a mobilidade se torna um elemento central nas sociedades contemporâneas e que, em decorrência disso, processos transnacionais adquirem cada vez mais relevância, confere-se nova legitimidade a noções de pertença transnacionais existentes anteriormente. Observa-se, por um lado, que a ênfase na integração/assimilação dos migrantes é reduzida e, por outro lado, que a multiplicidade de referências e de valores concebida como uma das principais características das diásporas – associada na maioria das vezes a flexibilidade e hibridez – passa a ser considerada positiva (Peralva, 2008; Schnapper, 2001). Além disso, a utilização do termo diáspora tornou-se mais frequente, ampla e flexível. Antes empregado para designar grupos sociais que, apesar de geograficamente dispersos através de Estados diferentes, mantinham vínculos (materiais e simbólicos) entre si e com suas sociedades de origem – como grupos de judeus, armênios, gregos e chineses que migraram devido a perseguições políticas ou a empreendimentos comerciais –, o vocábulo passou a ser utilizado para se referir a todas as formas de dispersão de populações humanas (Schnapper, 2001). Tal flexibilização

do uso do termo por diferentes grupos dedicados ao tema – pesquisadores acadêmicos, membros de grupos diaspóricos, organizações para a diáspora nas sociedades de origem ou de destino etc. – aponta também para o surgimento de novos modos de representar as identidades diaspóricas e de novos grupos sociais atuantes nos processos de construção identitária em questão.

Dessa forma, a participação ativa nos processos de construção de identidades diaspóricas por parte de organizações governamentais na sociedade de origem no período contemporâneo indica um deslocamento na posição que tradicionalmente se atribuiu ao emigrante no interior das narrativas sobre a “nação”: o emigrante, não mais percebido como o *outro* – o *ausente* e, nesse sentido, situado entre as noções de nacional e não-nacional –, é reinserido na categoria do *eu* nacional como aquele que, a despeito da ausência, pertence à “pátria” por afinidade e por direito. O indiano diaspórico, nesse sentido, é reincorporado às narrativas sobre a nação indiana e, de modo restrito, à comunidade política indiana – a concessão do direito ao voto a uma parcela da diáspora, composta pelos NRI, por meio da aprovação da emenda ao *Representation of the People Act*, em novembro de 2010, foi anunciada durante a conferência como um passo histórico para a democracia indiana²⁰. No entanto, uma vez que não se pode desconsiderar a existência de autoidentificações como diáspora elaboradas pelos próprios emigrantes, é importante observar, ainda, que a construção da identidade diaspórica indiana a partir da sociedade de origem envolve um processo de interlocução com tais autoidentificações, de modo a reforçar os aspectos das identidades (re)construídas no exterior que, do ponto de vista das organizações governamentais das sociedades de origem e da identidade nacional que representam (a identidade indiana, por vezes descrita como “indianidade”), devem constar da definição oficial de diáspora indiana – cuja formulação, deve-se ressaltar, passa a ser considerada uma atribuição dos representantes da nação (nesse caso o MOIA), numa tentativa de centralização da elaboração e enunciação do discurso identitário transnacional, bem como de reposicionamento da sociedade indiana no interior de redes transnacionais, como discutido anteriormente.

O indiano global

O termo “indiano global” ocupou uma posição central nos discursos sobre a diáspora proferidos ao longo da conferência *Pravasi Bharatiya Divas*, como é possível observar no

²⁰ Ministro Vayalar Ravi, 08.01.2011.

próprio título do evento para o ano de 2011, “Mobilizando o indiano global”. Deve-se destacar que, se, por um lado, a *diáspora indiana* é representada como a “comunidade indiana no exterior”, a descrição do *indiano global*, por outro lado, aponta para a dimensão individual da experiência da emigração, embora esta seja considerada indissociável da dimensão comunitária. Entre as principais características do *indiano global*, e dos processos de emigração do qual participa ou participou, encontrar-se-ia a *diversidade*²¹. Em primeiro lugar, dever-se-ia considerar a diversidade histórica dos movimentos emigratórios a partir da Índia, desde o período colonial até o presente, numa referência à rota de comércio do Oceano Índico que facilitou a emigração de indianos para a costa leste da África, para o Sudeste asiático e para o que hoje se considera o Oriente Médio; aos contratos de aprendizagem por meio dos quais, sob condições extremas de exploração, indianos emigraram para Fiji, Sri Lanka, Suriname, Guiana, Ilhas Maurício, Malásia, Trinidad e África do Sul; à emigração de comerciantes para a África Oriental nas primeiras décadas do século 20; ao recrutamento de trabalhadores não-qualificados para atuar na reconstrução da Europa (principalmente Reino Unido, Holanda e Alemanha) após a Segunda Guerra Mundial; à emigração de trabalhadores para o Golfo Pérsico e de profissionais especializados para países como EUA, Austrália, Reino Unido e Canadá, nas últimas décadas do século 20 e primeiros anos do século 21 (Lal, 1997a, 1997b; Khadria, 2009). Em segundo lugar, haveria a diversidade de gerações, que originaria diferentes tipos de vínculos dos emigrantes com a sociedade indiana. Nas sociedades que receberam os grupos mais antigos de emigrantes, seria possível encontrar emigrantes de quinta ou sexta geração que, a despeito da falta de oportunidades de se “reconectarem” com a Índia, teriam preservado idiomas e tradições da sociedade de origem (que também teriam passado por um processo de hibridização, miscigenação com as culturas das “novas pátrias”), construindo noções de “pertença híbridas”. Em se tratando dos fluxos migratórios mais recentes, encontrar-se-iam segundas e terceiras gerações de emigrantes que teriam conservado seus antigos vínculos com a Índia devido, principalmente, a suas relações de parentesco.²² Por fim, menciona-se a diversidade cultural dos grupos de emigrantes: em termos religiosos, linguísticos e regionais.²³

A despeito de tal diversidade, haveria *unidade* entre essas “comunidades distintas”, a qual seria observada principalmente por meio da *adaptação* à sociedade de emigração – os

²¹ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

²² Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

²³ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, discurso proferido em 08.01.2011.

emigrantes indianos seriam “universalmente reconhecidos por sua diligência e contribuições para a economia local”, bem como “respeitados por serem obedientes à lei e pela integração com a comunidade local” – e também da *preservação* da “cultura indiana” – a despeito da passagem do tempo e das influências recebidas nas sociedades de imigração, os indianos teriam conservado suas religiões, idiomas, tradições e comidas típicas regionais.²⁴ A capacidade de conciliar a adaptação ao modo de vida da sociedade de imigração com a preservação dos vínculos com a sociedade de origem seria possível devido a dimensões coletivas e individuais da “indianidade” – o *indiano global* seria um “símbolo da grande ideia de *unidade na diversidade* que a Índia representa”²⁵ (grifo meu), bem como seria dotado das qualidades de determinação, coragem e resistência diante de adversidades²⁶. Além disso, as múltiplas histórias dos *indianos globais* seriam unificadas pelo fato de serem comparáveis à experiência daquele que teria sido o “maior entre todos os emigrantes”, M. K. Gandhi, em dois aspectos: i) como Gandhi, os emigrantes teriam levado consigo as tradições e os valores indianos às sociedades de imigração (o que constitui também uma referência à “missão mundial” indiana ou à “mensagem” de pacifismo e pluralismo da Índia ao mundo²⁷, discutida em maiores detalhes na próxima seção); ii) assim como o “Pai da Nação” o fez há 96 anos, o *indiano global* teria a oportunidade de retornar à sua pátria e de liderar o processo de construção da nação²⁸ (concebido, no presente, como um processo de aprofundamento do ideal de desenvolvimento econômico e social). A percepção de que a construção da nação seria um processo inacabado remete, também, à ideia de que a emancipação da sociedade indiana, iniciada com a independência, precisaria ser levada adiante por meio da reforma de setores considerados prioritários como a saúde e a educação, que poderiam ser significativamente melhorados com a contribuição dos emigrantes.²⁹ Estabelece-se, assim, um paralelo entre dois períodos considerados cruciais na história indiana: o período de mobilização em favor da independência e o período contemporâneo, marcado pelo crescimento econômico e pela possibilidade de promover a redução de desigualdades no

²⁴ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

²⁵ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

²⁶ Presidente Pratibha Patil, 09.01.2011.

²⁷ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

²⁸ Presidente Pratibha Patil, 09.01.2011.

²⁹ Presidente Pratibha Patil, 09.01.2011.

interior da sociedade indiana.³⁰ O senso de *responsabilidade* do *indiano global*, nesta que seria uma nova etapa da emancipação nacional, é evocado por meio do chamado à participação no “*Join India Movement*”³¹ – do qual a conferência *Pravasi Bharatiya Divas* seria a plataforma inicial – e da afirmação de que “o destino de uma nação muda quando seus heróis retornam” (ver figura 1).

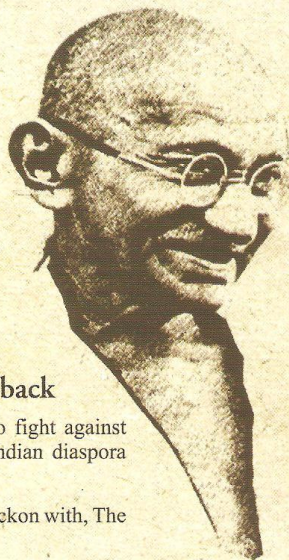
Pode-se observar, dessa forma, a construção de uma imagem bastante positiva do emigrante indiano, que está associada também a uma concepção positiva da identidade nacional e da diversidade cultural indiana – evidenciada pela ideia de *unidade na diversidade*, que valoriza a heterogeneidade no interior da sociedade indiana e enfatiza as noções de tolerância e pluralismo que seriam peculiares a sua cultura (Embree, 1990). É importante ressaltar, entretanto, que a diversidade pode ser também interpretada em termos de desigualdade e, nesse sentido, a despeito da inclusão dos diferentes grupos de emigrantes – participantes de movimentos emigratórios mais antigos e mais recentes, emigrantes “bem-sucedidos” e “mal-sucedidos” etc. – nas narrativas sobre a identidade do *indiano global*, é possível perceber a criação de distinções entre a “velha diáspora” e a “nova diáspora” por meio das interações entre os participantes nos dias do evento e da própria definição dos temas das discussões plenárias. À *velha diáspora* – composta pelas Pessoas de Origem Indiana e, portanto, em sua maioria, por emigrantes não-qualificados, de castas baixas, que foram levados a diferentes partes do Império Britânico por meio dos contratos de aprendizagem – couberam discussões de “temas culturais”. Por exemplo, a sessão “Fortalecendo vínculos culturais com o indiano global” foi a única a contar com um número expressivo de oradores representantes da *velha diáspora* (como Malásia, Trinidad & Tobago, Ilhas Maurício e África do Sul), refletindo a concepção dos organizadores do evento de que o vínculo mais significativo desta parcela dos *indianos globais* seria a ascendência indiana, visto que pouco teriam a contribuir do ponto de vista financeiro e, em muitos sentidos, poderiam vir a constituir um ônus para a sociedade indiana, devido a demandas por auxílio cada vez mais frequentes.³²

³⁰ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

³¹ A expressão alude ao “Quit India Movement” (1942) e, dessa forma, ao chamado de Gandhi à desobediência civil não-violenta.

³² Ver, por exemplo, o caso do Human Rights Party Malaysia (HRP, www.hrp-my.org), liderado por emigrantes indianos que afirmam ser a diáspora indiana na Malásia a única “diáspora fracassada” entre as “comunidades indianas no exterior” dadas as condições de vida insatisfatórias e as violações aos direitos humanos a que estão sujeitas as Pessoas de Origem Indiana naquele país. As demandas de apoio por parte do governo indiano e o questionamento de sua postura de não-intervenção junto ao governo malaio em favor dos emigrantes indianos,

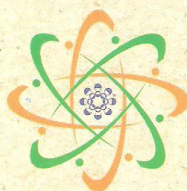
The Join India Movement.



A nation's destiny changes when its heroes come back

On 9th January 1915, Mohandas Karamchand Gandhi returned to fight against imperial might. Many fights followed, and were won with the Indian diaspora flexing its mighty muscles.

Today, as the Global Indian Diaspora makes the country a force to reckon with, The Pravasi Bharatiya Divas salutes them.



Pravasi Bharatiya Divas

Engaging the Global Indian

www.pbdindia.org

7 - 9 January 2011, Vigyan Bhawan, New Delhi

Special Highlights

- Inaugural Session with the Prime Minister of India
- Focus on engaging the Young Overseas Indian
- Pre-Convention Sessions: Seminar on Education & Seminar on Health
- Plenary Session with Chief Ministers on Inclusive Growth
- Parallel State Sessions.
- Conferment of Pravasi Bharatiya Sammaan Awards by the President of India
- Valedictory Session with the President of India
- Cultural Shows & Gala Dinners
- Prof. CK Prahalad - Memorial Lecture

oxygen

Confederation of Indian Industry: The Mantosh Sondhi Centre, 23, Institutional Area, Lodi Road, New Delhi 110 003
Tel: +91-11-24617251 / 24629994-7, Fax: +91-11-24626149 / 24601298, E-mail: neelam.bhagat@cii.in; pbd@cii.in

Figura 1. Anúncio do Pravasi Bharatiya Divas 2011

dirigidos pelos ativistas do HRP ao MOIA, foram deliberadamente silenciados durante o evento. As demandas por cooperação acadêmica entre Malásia e Índia – entendida como a ampliação de oportunidades educacionais de nível superior para jovens malaios de origem indiana na sociedade de origem, por meio de estudo presencial ou virtual – também foram um tema recorrente.

No interior da *nova diáspora*, formada por processos de emigração mais recentes em direção à América do Norte, à Europa e ao Golfo Pérsico, seria possível identificar duas divisões: “diáspora de conhecimento” – composta por emigrantes altamente qualificados, cujas “expertise e habilidade” constituiriam recursos vitais para os “esforços indianos de promoção do crescimento inclusivo para todos os seus cidadãos”³³ – e “diáspora de trabalho” – numa referência principalmente aos trabalhadores indianos no Golfo Pérsico, uma vez que raras vezes se mencionam, nos discursos sobre a *diáspora indiana*, os trabalhadores não-qualificados vivendo em sociedades de imigração no Norte (Prashad, 2004). É à *diáspora de conhecimento*, representada como a “solução” para muitos dos impasses enfrentados pela sociedade indiana, que se dirige o apelo de participação nos processos de construção da nação. A *diáspora de trabalho* é caracterizada, na maior parte das vezes, como o “problema”, a parcela da *nova diáspora* que requer constantes esforços de proteção por parte do governo indiano junto às sociedades de imigração³⁴, como no caso dos trabalhadores indianos no Golfo Pérsico. No entanto, é por vezes apresentada como uma alternativa de redução da pressão demográfica – uma “válvula de escape” para a grande população jovem em busca de emprego –, mas que requereria investimentos governamentais em treinamento, por exemplo.³⁵

Em se tratando da representação da *diáspora de conhecimento* como uma solução, um “recurso vital” para a promoção do desenvolvimento na sociedade de origem, o tema do *retorno* merece especial atenção. Retorno, neste caso, não se refere necessariamente ao retorno físico à sociedade de origem, mas a uma concepção mais abrangente que busca considerar os diferentes modos pelos quais os emigrantes poderiam restituir à “pátria” o capital humano que esta teria perdido quando de sua partida (Khadria, 1999). Nos debates (acadêmicos ou não) sobre o tema, a ideia de *remessas sociais* – “ideias, comportamentos, identidades e capital social” que são transmitidos das sociedades de destino para as sociedades de origem, seja por meio do retorno temporário ou permanente dos emigrantes, de visitas familiares aos emigrantes nas sociedades de imigração ou processos de comunicação à distância (telefone, internet, cartas, etc.) (Castles, 2009, p. 62, tradução minha) – recebe destaque como uma ampliação do entendimento sobre as possibilidades de contribuição dos

³³ Presidente Pratibha Patil, 09.01.2011.

³⁴ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

³⁵ Ministro Vayalar Ravi, 08.01.2011.

emigrantes ao desenvolvimento. É interessante observar que, ao longo da conferência *Pravasi Bharatiya Divas*, os discursos do MOIA procuraram ressaltar a importância das remessas sociais – da expertise, das habilidades da *diáspora de conhecimento*, como mencionado anteriormente – para a sociedade de origem, relativizando a importância da participação dos emigrantes como investidores na economia indiana: apenas 1,3% do investimento estrangeiro direto (IED) seria realizado pela diáspora e, nesse sentido, as razões pelas quais a Índia (leia-se o MOIA) se dirigiria aos emigrantes não seriam majoritariamente econômicas.³⁶ No entanto, a relevância que se atribui às remessas financeiras na prática – na forma de oportunidades de negócios e investimentos nas diferentes regiões indianas, de financiamento de atividades filantrópicas, ou simplesmente de envio de dinheiro pelos emigrantes às famílias, por exemplo – pode ser percebida pelas numerosas sessões dedicadas ao tema, bem como pelo próprio modo de organização espacial do evento, que incluiu exposições sobre os estados indianos (em que se destacavam oportunidades de investimento e vantagens competitivas) e uma área destinada a encontros de negócios (*Overseas Indian Facilitation Centre Market Place*).

Por fim, deve-se destacar a noção de que, entre as habilidades do *indiano global* relevantes para os processos de construção da nação indiana, encontra-se a grande capacidade de diálogo intercultural, associada a sua caracterização como um indivíduo cosmopolita, “um indivíduo único, à vontade com diferentes culturas, mas que representa a verdadeira essência da nação indiana”.³⁷ Trata-se de uma construção positiva da diferença em que os sujeitos diaspóricos são concebidos como pessoas inseridas em “culturas híbridas”, em constante negociação “com as *novas culturas em que vivem*, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades” (Hall, 2003a, p. 88 – grifo meu), o que lhes conferiria maior capacidade de articulação entre o global e o local, o universal e o particular (Cohen, 1997). Segundo essa perspectiva, os indianos globais seriam agentes privilegiados da mudança social, na medida em que seriam sensíveis às particularidades das sociedades de imigração e de emigração e, portanto, capazes de transmitir conhecimentos e habilidades adquiridos no exterior de modo apropriado. Além disso, poderiam constituir intermediários importantes nas relações entre a sociedade de origem e as diferentes

³⁶ Declarações do Ministro Vayalar Ravi e do Vice-Presidente da Comissão de Planejamento, Sr. Montek Singh Ahluwalia, durante a 4ª Sessão Plenária, em 09.01.2011.

³⁷ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

sociedades de destino em que se encontram inseridos, dadas as posições de destaque que ocupariam e do respeito de que gozariam nas sociedades de imigração.³⁸

A posição intermediária – entre duas ou mais sociedades (a sociedade indiana e numerosas sociedades de imigração) – ocupada pelo emigrante aponta para a distinção entre duas dimensões da representação do *indiano global*. A primeira delas remete à identidade nacional indiana como um vínculo formador da comunidade transnacional indiana, a *diáspora indiana*. Em se tratando desse aspecto, o discurso do MOIA sobre a emigração reforça a ideia de que a pertença simultânea à nação e à diáspora indianas implica a responsabilidade do emigrante para com a sociedade de origem. A segunda dimensão refere-se à identidade transnacional indiana como uma noção de pertença global, como um vínculo formador de uma única comunidade transnacional – entendida como uma comunidade (política) global – que evoca a responsabilidade do emigrante em relação à humanidade como um todo. Também nesse caso, a descrição do indiano como um “cidadão global”³⁹ não implicaria a renúncia à identidade nacional, mas uma expansão de tal identidade, de modo a “incluir camadas de afiliação a uma sociedade global” (Mau, 2010, p. 119, tradução minha). A identidade indiana aparece associada, nessas circunstâncias, a qualidades que lhe seriam intrínsecas – como tolerância, pluralismo, etc. – e às quais se poderia atribuir a atitude cosmopolita e universalista dos *indianos globais*.

Entretanto, devido à complexidade dos processos de construção de identidades culturais no período contemporâneo, não se devem desconsiderar as possibilidades de construção negativa da diferença. Em linhas gerais, movimentos migratórios do Sul em direção ao Norte – seja por meio de redes de migração estabelecidas durante os períodos coloniais, seja por meio da emergência de oportunidades seletivas de migração em países como Canadá, EUA e Austrália (Cohen, 1997) – criaram um novo processo de “minorização” nos países de destino. Isso gerou não apenas a possibilidade de uma reação defensiva por parte de grupos étnicos dominantes, que se sentiram ameaçados pela presença de imigrantes, mas, ainda, a possibilidade de que grupos minoritários recorressem a identidades defensivas em resposta à xenofobia. Pode-se observar, em decorrência disso, a construção de concepções fechadas de identidade diaspórica (Hall, 2003a; 2003b) – marcadas pela construção negativa da diferença, ou seja, pelo estabelecimento de oposições rígidas entre os membros do grupo

³⁸ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011; Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011; Presidente Pratibha Patil, 09.01.2011; Ministro Vayalar Ravi, 09.01.2011.

³⁹ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

diaspórico e os outros –, o que permite, por um lado, relativizar a perspectiva otimista sobre as diásporas e, por outro lado, identificar circunstâncias em que os sujeitos diaspóricos tendem a valorizar noções de pertença nacional, em detrimento de afiliações cosmopolitas ou de caráter universalista (Mau, 2010). Em se tratando dos emigrantes indianos, mais especificamente, os processos de construção de concepções fechadas de identidade diaspórica que adquirem maior visibilidade estão relacionados à atuação, nas sociedades de imigração, de grupos nacionalistas hindus como o *Rashtriya Swayamsevak Sangh*, (RSS, Corpo Nacional de Voluntários) e o *Vishwa Hindu Parishad*, (VHP, Conselho Mundial Hindu), bem como ao apoio de emigrantes a essas organizações. Tendo em vista o caráter exclusivista da identidade nacional elaborada por esses grupos – a qual tem por fundamento a identidade religiosa majoritária hindu e exclui sistematicamente as demais minorias religiosas das narrativas sobre a “nação hindu”⁴⁰ –, não se deve deixar de mencionar que a própria concepção de que existe uma afinidade entre a “cultura indiana” e, mais especificamente, entre o hinduísmo e as “ideias de tolerância, paz, não-violência, liberalismo, inocência, pluralismo, ascetismo e democracia” constitui uma visão historicamente descontextualizada sobre o desenvolvimento e a transformação das diversas tradições hindus (Bhatt e Mukta, 2000, p. 411, tradução minha).

A sociedade de origem

Faz-se necessário examinar, ainda, a representação da sociedade de emigração no interior do discurso do MOIA sobre a emigração. Para tanto, deve-se considerar, em primeiro lugar, um aspecto da caracterização do *indiano global* estreitamente ligado à descrição da “pátria indiana” como uma “nova Índia”, uma potência emergente dotada de um novo papel a desempenhar no cenário internacional: a representação do emigrante indiano como um mensageiro, um enviado da “pátria” ao exterior. O *indiano global*, apresentado como a “interface da Índia com o mundo”⁴¹, como o indivíduo que, levando consigo o “manto da indianidade”, difundiria a “fragrância de sua pátria” no exterior – por meio da dança, da música, da literatura, da arte, da culinária, da moda, de Bollywood, das realizações

⁴⁰ Para análises sobre o nacionalismo hindu contemporâneo, ver Jaffrelot (1996), Bhatt (2001) e van der Veer (1994).

⁴¹ Ministro Vayalar Ravi, 08.01.2011.

profissionais em diferentes áreas de atividade⁴² – seria responsável pela preservação e valorização da imagem da sociedade indiana no exterior. O reconhecimento da relevância das “comunidades indianas no exterior” para processos de construção da nação em diferentes sociedades de imigração ao redor do mundo⁴³, por parte de grupos representantes daquelas sociedades, indicaria o êxito dos emigrantes no que se refere à valorização da identidade indiana. No entanto, tal valorização seria uma condição necessária mas não suficiente para o cumprimento da responsabilidade de transmitir ao mundo a “mensagem indiana”. O emigrante deveria também “descobrir” (ou “redescobrir”) a Índia, conhecer os processos de transformação social por que passa a “pátria” e deles participar ativamente. De acordo com essa perspectiva, a conferência *Pravasi Bharatiya Divas* seria um instrumento de facilitação da participação do emigrante em processos de construção da nação também no sentido de que veicularia o “conhecimento oficial” (e, em certo sentido, legítimo) sobre a conjuntura indiana, de modo geral, e sobre aspectos específicos considerados de maior interesse para as relações entre sociedade de origem e emigrantes, na forma de representações sobre a identidade indiana – presentes não apenas nos discursos, mas também em exposições e programas culturais realizados durante o evento – e de informações – fatos, estatísticas, procedimentos (de investimento, para obtenção de vagas em instituições educacionais indianas, etc.).

A representação da Índia como um país emergente aparece associada, nos discursos em questão, à imagem de uma “potência econômica” em construção. A força e a resistência da economia indiana, que teriam sido evidenciadas ao longo da mais recente crise econômica mundial, estariam relacionadas ao crescimento acelerado (cerca de 8,5% ao ano, com a meta de se atingir a taxa anual de 10%), à eficácia da regulação financeira, ao regime democrático e ao “modelo de crescimento inclusivo” adotado. Além do mais, seriam elementos favoráveis ao êxito atual e ao aprofundamento das transformações em curso o perfil demográfico (grande população jovem, com aproximadamente 60% pertencendo à população economicamente ativa) e a constituição de um enorme mercado de consumo, ligado ao crescimento da classe média, da renda disponível, do setor de serviços e de uma cultura empresarial.⁴⁴ O reconhecimento de que se trataria do “despertar de uma nova Índia”⁴⁵, a “terra das

⁴² Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

⁴³ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

⁴⁴ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011; Ministro Vayalar Ravi, 09.01.2011.

⁴⁵ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

oportunidades” não apenas para os emigrantes mas também para os demais parceiros econômicos internacionais, permitiria que o *indiano global* percebesse, ainda, que este seria o momento para se “reconectar” com a sociedade de origem e participar da “saga do desenvolvimento”.⁴⁶ Essa percepção otimista estende-se até mesmo aos fatores que retardam ou dificultam o desenvolvimento – como a pobreza, as falhas nos sistemas de saúde e educação, a corrupção etc. –, apresentados como desafios a serem enfrentados conjuntamente pela sociedade de origem e pelos emigrantes. É interessante observar, ademais, o modo como esta caracterização da sociedade de emigração busca ressaltar suas vantagens em relação aos países desenvolvidos, principalmente, que estariam diante de uma crise iminente devido ao envelhecimento da população e da retração dos mercados de consumo, ao passo que a grande população e o “poder do conhecimento” indianos seriam capazes de sustentar o crescimento interno e de contribuir para o bom desempenho das economias do Norte por meio da emigração de trabalhadores jovens e qualificados. Nesse sentido, a economia indiana estaria a ponto de se tornar a “usina geradora da economia global”.⁴⁷

À “nova Índia” corresponderia um novo papel no cenário internacional. Devido a sua “experiência única no enfrentamento do desafio do desenvolvimento”, à “ênfase em valores” e à “tradição de construção de consenso entre setores e interesses diferentes”, o despontar desta “nação emergente” seria percebido como “um fator positivo nas relações internacionais” e levaria à expectativa, em âmbito internacional, de que a Índia “desempenhe um papel mais importante na gestão da economia e da comunidade política globais”.⁴⁸ É possível distinguir dois modos pelos quais a sociedade de origem seria capaz de desempenhar seu novo papel: i) relações intergovernamentais, por meio da atuação do corpo diplomático em organismos internacionais, por exemplo; ii) relações transnacionais, por meio dos vínculos com os emigrantes. Em ambos os casos, ter-se-ia optado pelo uso efetivo do “poder suave”, que se estaria tornando um elemento cada vez mais importante para a “expansão da zona de projeção” indiana.⁴⁹

A expressão *poder suave*, empregada numerosas vezes ao longo do evento de forma flexível, sem preocupação aparente com sua precisão, remete aos conceitos de poder de coerção (*hard power*) e poder de cooptação (*soft power*). Um Estado, no exercício de sua

⁴⁶ Ministro Vayalar Ravi, 09.01.2011; Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

⁴⁷ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

⁴⁸ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

⁴⁹ Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

política externa, habitualmente vale-se tanto do poder de coerção – de recursos que permitam *coagir* outros Estados a adotarem um curso de ação condizente com os interesses do primeiro, como o poderio militar – como do poder de cooptação – de recursos que permitam *persuadir* outros Estados a agirem em conformidade com as diretrizes do primeiro, como a utilização de instrumentos de difusão cultural e ideológica (instituições internacionais, corporações multinacionais ou meios de comunicação de massa), embora possa priorizar o emprego de um deles (Nye, 1990). Nos discursos em questão, o *poder suave* indiano aparece associado principalmente às relações transnacionais mencionadas e, portanto, à relevância da atuação dos emigrantes – e especialmente da *diáspora de conhecimento* – na difusão da “cultura indiana” em suas formas clássicas ou contemporâneas.⁵⁰

É importante destacar que, nesse caso, a própria dispersão dos emigrantes – geralmente percebida de forma negativa, como na concepção tradicional de *diáspora*, associada à dispersa violenta de grupos humanos – é representada positivamente, na medida em que é considerada um recurso estratégico. Porque o *indiano global* estaria presente em “todas as comunidades” e em “todas as áreas da atividade humana” – seja devido a sua presença física ou à difusão da “cultura indiana” em âmbito internacional –, não haveria limites significativos à atuação desses representantes da sociedade de origem⁵¹ e, de certa forma, ao *poder suave* associado à expansão da nação indiana de forma transnacional. Deve-se lembrar que o tema da expansão alude ao conceito de eleição étnica. A ideia de povo escolhido tinha, originalmente, um significado religioso: ao povo eleito teria sido confiada, por seu deus, a missão sagrada de levar sua cultura e seu governo a outros grupos humanos. Nessa acepção, a eleição divina implicaria expansão territorial e exclusão cultural. Na modernidade ocidental, o ideal religioso de povo escolhido foi universalizado por ideologias nacionalistas. O reconhecimento de que cada nação seria dotada de uma identidade autêntica, singular, possibilitaria definir seu posicionamento entre as demais, bem como a tornaria responsável por uma missão nacional, por meio da qual ofereceria sua contribuição incomparável ao mundo (Smith, 1996). A contribuição da nação indiana ao mundo seria a mensagem de “pluralismo, de tolerância, de equilíbrio entre direitos individuais e responsabilidades coletivas”⁵², da qual os emigrantes, dotados das qualidades distintivas da nacionalidade, seriam os portadores.

⁵⁰ Ministro Vayalar Ravi, 08.01.2011; Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

⁵¹ Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, 2011.

⁵² Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 08.01.2011.

Considerações finais

A análise do discurso do Ministério das Relações com Indianos no Exterior sobre a emigração, desenvolvida ao longo deste artigo, evidencia a importância de se questionarem algumas das concepções correntes nos estudos sobre a construção de identidades culturais em contextos significativamente influenciados pela mobilidade migratória. Contestaram-se o caráter antinacional de identidades transnacionais, concebidas no interior dos discursos examinados como identidades diaspóricas, e a adoção das sociedades de imigração como ponto de referência para a análise dos processos de construção de tais identidades. Não se trata de negar a relevância da investigação de identidades construídas entre os próprios emigrantes, bem como da articulação de tais identidades com discursos nacionalistas na sociedade de origem e, portanto, do ponto de vista da sociedade de imigração para a compreensão dos fenômenos associados à mobilidade migratória (Cohen, 1997; Hall, 2003a). Entretanto, procurou-se salientar aqui que a elaboração de um discurso sobre a diáspora no interior da sociedade de origem – realizada por meio da reinterpretação das concepções de identidade nacional e de pátria indianas, bem como do papel das organizações governamentais indianas na (re)criação de vínculos com os emigrantes – é representativa do modo como processos nacionais – entendidos como processos que ocorrem no interior da sociedade de origem, da “comunidade nacional”, e que integram a agenda política nacional – podem estimular a criação e o fortalecimento de identidades transnacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Dr. A Didar Singh, Secretário do Ministério das Relações com Indianos no Exterior, Discurso de Boas-vindas, Sessão de Despedida do *Pravasi Bharatiya Divas*, Nova Déli, 09.01.2011.

Dr. Manmohan Singh, Primeiro-Ministro da Índia, Discurso inaugural, Sessão Inaugural do *Pravasi Bharatiya Divas*, Nova Déli, 08.01.2011.

Sra. Pratibha Devisingh Patil, Presidente da Índia, Discurso proferido durante a Sessão de Despedida do *Pravasi Bharatiya Divas*, Nova Déli, 09.01.2011.

Sr. Vayalar Ravi, Ministro das Relações com Indianos no Exterior, Discurso de Boas-vindas, Sessão Inaugural do *Pravasi Bharatiya Divas*, Nova Déli, 08.01.2011.

Sr. Vayalar Ravi, Ministro das Relações com Indianos no Exterior, Discurso proferido durante a Sessão de Despedida do *Pravasi Bharatiya Divas*, Nova Déli, 09.01.2011.

Ninth Pravasi Bharatiya Divas Theme Paper, “Engaging the Global Indian”, Ministry of Overseas Indian Affairs and Confederation of Indian Industry, New Delhi, 2011.

Fontes Secundárias

BEINE, Michel; Docquier, Frédéric; Özden, Çağlar. Diasporas. Policy Research Working Paper 4984. **The World Bank Development Research Group. Trade and Integration Team**, July 2009. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org>> Acesso em: 30 jul. 2009.

BHATT, Chetan; MUKTA, Parita. *Hindutva* in the West: Mapping the Antinomies of Diaspora Nationalism. **Ethnic & Racial Studies**, London, v. 23, n. 3, May 2000. p. 407- 441.

BHATT, Chetan. **Hindu Nationalism: origins, ideologies and modern myths**. London: Berg Publishers, 2001.

CALHOUN, Craig. Nationalism and difference: the politics of identity writ large. In: CALHOUN, Craig. **Critical Social Theory: Culture, History and the Challenge of Difference**. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1995.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The Age of Migration**. International Population Movements in the Modern World. 4th Edition. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

COHEN, Robin. **Global diasporas**. An introduction. London: UCL Press, 1997.

DUBEY, Ajay. Indian Diaspora in Africa and changing policies of India. In: SINGH, Sarva Daman; SINGH, Mahavir (Eds.) **Indians Abroad**. Kolkata: Maulana Abul Kalam Azad Institute of Asian Studies, 2003.

EMBREE, Ainslie T. **Utopias in conflict**. Religion and nationalism in modern India. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1990.

FAIST, Thomas. Transnationalization in international migration: implications for the study of citizenship and culture. **Ethnic & Racial Studies**, London, v. 23, n. 2, p. 189-222, March 2000a.

FAIST, Thomas. **The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces**. New York: Oxford University Press, 2000b.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

FEARON, James D.; LAITIN, David D. Violence and the Social Construction of Ethnic Identity. **International Organization**, Cambridge, v. 54, n. 4, p. 845-877, Autumn 2000.

GAMLEN, Alan. Diaspora engagement policies: what are they, and what kind of states use them?' Oxford: **ESRC Centre on Migration, Policy and Society (COMPAS) Working Paper** No. WP-06-32, 2006.

GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GIDDENS, Anthony. Globalização. In: GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. São Paulo: Record, 2000.

GILROY, Paul. Diaspora and the detours of identity. In: WOODWARD, Kathryn (Ed.). **Identity and difference**. Sage Publications: London, Thousand Oaks, New Delhi, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003b.

HIGH LEVEL COMITEE ON THE INDIAN DIASPORA. **Report of the High Level Comitee on the Indian Diaspora**. New Delhi, Jan. 2002. Disponível em: <<http://indiandiaspora.nic.in/>> Acesso em: 30 out. 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KAPUR, Devesh. Firm opinions, infirm facts. **Seminar**, n. 538, June 2004. Disponível em: <www.india-seminar.com> Acesso em: 07 nov. 2006.

KHADRIA, Binod. **The migration of knowledge workers**. Second-generation effects of India's Brain Drain. New Delhi: Sage Publications, 1999.

KHADRIA, Binod (Ed.) **India Migration Report 2009**. Past, present and future outlook. New Delhi: International Migration and Diaspora Studies Project, 2009.

KOSER, Khalid. **International Migration**. A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2007.

JAFFRELOT, Christophe. **The Hindu nationalist movement and Indian politics**. London: Hurst & Company, 1996.

LAL, Vinay. Reflections on the Indian diaspora. 1997a. Disponível em: <<http://www.sscnet.ucla.edu/southasia/Diaspora/diaspora.html>> Acesso em: 10 abr. 2004.

LAL, Vinay. The Indian diaspora. 1997b. Disponível em: <<http://www.sscnet.ucla.edu/southasia/Diaspora/diaspora.html>> Acesso em: 10 abr. 2004.

MAU, Stefen. **Social Transnationalism**. Lifeworlds beyond the nation-state. New York: Routledge, 2010.

NYE, Joseph. Soft Power. **Foreign Policy**, Washington, n. 80, Autumn 1990, p. 153-171.

OLIVEIRA, Mirian S. R. Refletindo sobre a construção de identidades diaspóricas: estudo de caso sobre a “hinduidade”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.2, n. 2, p. 200-222, jul/dez 2010.

OSELLA, Filippo; GARDNER, Katy. Migration, modernity and social transformation in South Asia: an introduction. In: OSELLA, Filippo; GARDNER, Katy (Eds.). **Migration, modernity and social transformation in South Asia**. New Delhi: Sage Publications, 2004.

OSTERGAARD-NIELSEN, Eva. International migration and sending countries: key issues and themes. In: OSTERGAARD-NIELSEN, Eva (Ed.) **International Migration and Sending Countries**. Perception, policies and transnational relations. New York, Palgrave Macmillan, 2003.

OSTERGAARD-NIELSEN, Eva. Continuities and changes in sending country perceptions, policies and transnational relations with nationals abroad. In: OSTERGAARD-NIELSEN, Eva (Ed.) **International Migration and Sending Countries**. Perception, policies and transnational relations. New York, Palgrave Macmillan, 2003.

PERALVA, Angelina. Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais. **Coesão Social na América Latina: bases para uma nova agenda democrática**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2008. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org>> Acesso em: 31 jan. 2009.

PRASHAD, Vijay. Dusra Hindustan. **Seminar**, n. 538, June 2004. Disponível em: <www.india-seminar.com> Acesso em: 07 nov. 2006.

RAJ, Dhooleka S. Being British, becoming a Person of Indian Origin. In: RAJ, Dhooleka S. **Where are you from? Middle-Class Migrants in the Modern World**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A condição da transnacionalidade. **Série Antropologia**, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. Ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHNAPPER, Dominique. De l'État-nation au monde transnational. Du sens et de l'utilité du concept de diaspora. **Revue Européenne de Migrations Internationales**, v. 17, n.2, 2001. p. 9-36. Disponível em: <<http://www.persee.fr>> Acesso em: 28 jun. 2009.

SMITH, Anthony. Culture, community and territory: the politics of ethnicity and nationalism. **International Affairs**, v. 72, n. 3, p. 445-458, Jul1996.

VAN DER VEER, Peter. **Religious Nationalism: Hindus and Muslims in India**. Los Angeles, University of California Press, 1994.

VERTOVEC, Steven. **Transnationalism**. Key Ideas. London: Routledge, 2009.

WOODWARD, Kathryn (Ed.). **Identity and difference**. Sage Publications: London, Thousand Oaks, New Delhi, 1997.

WORLD BANK. **Migration and Remittances Brief 13**, 2010. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org>> Acesso em: 02 mar. 2011.